



ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ - AESP|CE
COORDENADORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO – COENI
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO - CEPOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEGESP

FORTALEZA – CE
2024

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ – AESP|CE

Leonardo D’Almeida Couto Barreto
Diretoria-Geral da AESP|CE

Jamille dos Santos Moura
Diretoria de Planejamento e Gestão Interna da AESP|CE

Evandro Queiroz de Assunção
Coordenadoria de Ensino e Instrução da AESP|CE

Ciro de Assis Lacerda
Coordenadoria Acadêmica Pedagógica da AESP|CE

Ana Paula Silva Santos Barroso
Célula de Pós-Graduação da AESP|CE

Paulo Ramon Rodrigues Tavares
Núcleo de Pesquisa e Extensão

Amanda Egídio Miranda de Oliveira
Secretaria Acadêmica da AESP|CE

Joelson Pimentel da Silva
Formatação

Fortaleza / CE
2024

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO: NOME; ÁREA DE CONHECIMENTO E CARGA HORÁRIA TOTAL	4
2. PÚBLICO ALVO	4
3. JUSTIFICATIVA	4
4. OBJETIVOS.....	5
4.1 Geral:.....	5
4.2 Específicos:.....	5
5. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO	6
6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS REQUISITOS PARA INGRESSO .	6
7. CARGA HORÁRIA: INDICAÇÃO DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE (360 HORAS-AULA), EXPLICANDO O QUANTITATIVO DE ATIVIDADES TEÓRICAS, PRÁTICAS, QUANDO HOUVER E, DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (TCC);	6
8. PERÍODO E PERIODICIDADE: INDICAÇÃO DA DURAÇÃO DO CURSO (INÍCIO E FIM); ESPECIFICAÇÃO DO(S) TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO E DURAÇÃO DOS PERÍODOS LETIVOS.....	8
9. MATRIZ CURRICULAR: RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS:	8
10. EMENTA E BIBLIOGRAFIA: DESCRIÇÃO DA EMENTA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR, COM ATÉ 03 (TRÊS) TÍTULOS POR DISCIPLINA	9
11. METODOLOGIA: DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, NA QUAL SE ENFATIZE A FORMA COMO SE PRETENDE ALCANÇAR A INTEGRAÇÃO TEORIA E PRÁTICA, E RELAÇÃO DOS RECURSOS DIDÁTICOS PERTINENTES.....	51
12. FREQUÊNCIA: INDICAÇÃO DO PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA MÍNIMA EXIGIDA E FORMA DE CONTROLE, NÃO PODENDO SER INFERIOR A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO)	51
13. AVALIAÇÃO: ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO ADOTADO, INDICANDO CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E APROVAÇÃO DOS ALUNOS	51
14. TCC: INDICAÇÃO DA NATUREZA DO TRABALHO E DOS REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO.....	52
15. PARCERIAS: DESCRIÇÃO DAS PARCERIAS FIRMADAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO, QUANDO HOUVER, ESPECIFICANDO AS ATRIBUIÇÕES DOS PARCEIROS	52
16. CERTIFICAÇÃO: INDICAÇÃO DA FORMA DE EMISSÃO E DO REGISTRO DOS CERTIFICADOS.....	52
17. INFRAESTRUTURA FÍSICA: RELAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DO LOCAL DE OFERTA, INDICANDO SALAS DE AULA, BIBLIOTECA, EQUIPAMENTOS, LABORATÓRIOS E DEMAIS INSTALAÇÕES, COM DESTAQUE PARA AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE.	52
18. AVALIAÇÃO DO CURSO: DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO COM OS INDICADORES A SEREM UTILIZADOS	53

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEGESP

1. IDENTIFICAÇÃO: NOME; ÁREA DE CONHECIMENTO E CARGA HORÁRIA TOTAL

- **Nome:** Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública – CEGESP.
- **Área de conhecimento:** Segurança Pública – Defesa Civil – Gestão – Cidadania – Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.
- **Titulação:** Pós graduação “lato sensu” - Especialização

2. PÚBLICO ALVO

Servidores oriundos de órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), possuidores de diploma de curso superior de Licenciatura, Tecnólogo ou Bacharelado nas diversas áreas do conhecimento, aprovados em processo seletivo organizado por comissão designada pela Direção-Geral da AESP|CE e que tenham interesse em elaborar pesquisas relacionadas à gestão e administração na área da segurança pública.

3. JUSTIFICATIVA

Indubitavelmente, vive-se aqui e alhures complexo cenário social em que, de modo especial nos campos da Segurança Pública, Persecução Penal e Defesa Civil, vislumbra-se como imprescindível novo olhar, inovações e saberes na formação e capacitação continuada dos recursos humanos integrantes das forças que compõem estes sistemas.

Desta maneira, um dos caminhos mais plausíveis para alcançar tal desiderato é a realização de cursos com componentes curriculares capazes de proporcionar o aprofundamento doutrinário, a maximização da técnica, a engenharia de saberes, a propositura de práticas, a pesquisa e produção científica.

Dentro deste contexto, além da integração entre os setores de segurança pública, torna-se muito interessante a participação da sociedade civil por meio de organizações conectadas com estas causas, bem como a inserção no campo das universidades, com os quais fica possibilitada a elaboração de diretrizes doutrinárias e práticas que serão de grande valia para as políticas públicas voltadas para as temáticas em evidência.

Nessa linha de raciocínio, elaborou-se a estrutura curricular deste curso, a qual é capaz de fomentar o conhecimento necessário e peculiar para a qualificação funcional dos Capitães do quadro de combates da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, bem como, propiciar para estes e para os demais integrantes do corpo discente, a ampliação de conhecimentos nos campos profissionais, humanísticos e institucionais, maximizando de forma diferenciada a troca de experiências.

A matriz curricular, desenhada especialmente para o curso, formatada em conjunto com todas as forças de Segurança Pública do Ceará e contempla as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP/CE, a Matriz Curricular da AESP/CE e a Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Dessa forma, também observou-se o que de mais moderno e pedagogicamente avançado há no âmbito da capacitação continuada nas diversas Academias de Segurança Pública do Brasil e do Mundo, bem como em universidades, trazendo e adaptando estes saberes à realidade esperada para o corpo discente.

4. OBJETIVOS

4.1 Geral:

Propiciar aos participantes um ambiente propício para adquirir, aprofundar, refletir e aplicar conhecimentos na gestão estratégica e institucional, visando promover estudos e práticas que conduzam a resultados eficazes nas áreas da segurança pública, defesa civil, cidadania e direitos fundamentais da pessoa humana.

4.2 Específicos:

4.2.1 Viabilizar a atualização e ampliação dos conhecimentos profissional, técnico e humanístico dos discentes.

4.2.2 Capacitar os discentes para a formulação de estudos e pesquisas voltadas à gestão pública na esfera da segurança pública.

5. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO

Os alunos do curso serão preferencialmente profissionais dos órgãos de segurança pública que possuam naturalmente perfil de gerenciamento, direção e assessoramento superior, bem como discentes que, tenham interesse em estudar e produzir pesquisas em assuntos especializados.

Da mesma forma, para os alunos de outros órgãos, pensa-se em que tenham também similar natureza profissiográfica e acadêmica.

Ao concluírem o curso devem tais profissionais estarem dotados dos saberes e habilidades necessários para desenvolverem relatórios, documentos de política, planos de ação ou até mesmo proposição de legislações voltadas ao desenvolvimento da gestão pública.

6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Pra ingressar no Curso, o candidato deve:

a) possuir diploma de curso superior (Licenciatura, Tecnólogo ou Bacharelado) nas diversas áreas do conhecimento;

b) ser selecionado pela Academia Estadual de Segurança Pública, na forma disposta no edital de seleção e ampla concorrência.

O processo de seleção será de caráter classificatório, mediante publicação de edital específico, no qual constarão as respectivas vagas, prazos, critérios de seleção, documentação exigida para a matrícula e demais informações necessárias.

7. CARGA HORÁRIA: INDICAÇÃO DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE (360 HORAS-AULA), EXPLICANDO O QUANTITATIVO DE ATIVIDADES TEÓRICAS, PRÁTICAS, QUANDO HOUVER E, DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (TCC);

A Carga horária total do curso é de 360 horas obrigatórias distribuídas em componentes curriculares que contarão com atividades teóricas e práticas, realizadas de modo individual ou em grupos. O Plano de Ação Educacional do curso definirá as disciplinas que serão realizadas na modalidade de ensino a distância respeitando o limite de 20 % (vinte por cento) da carga horária total. Conforme previsto no art. 18 da Resolução 470/2018 – CEE/CE.

ORD.	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEGESP	CARGA HORÁRIA
	COMPONENTES CURRICULARES	
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	
1.	Metodologia do Trabalho Científico	52
2.	Direitos Humanos e Direitos Fundamentais no Contexto da Segurança Pública	16
3.	Geopolítica, Cidades e Segurança Pública	20
4.	Comunicação Social e Relações Interpessoais no Âmbito da Segurança Pública	20
5.	Transparência, Participação e Sistemas de Auditoria e Controle	24
6.	Orçamento Público e Finança	28
7.	Gestão por Processos na Segurança Pública	20
8.	Gestão para Resultados na Segurança Pública	20
9.	Gestão de Pessoas	20
10.	Geoprocessamento, Estatística e Análise Criminal na Segurança Pública	20
11.	Gestão de Materiais	20
12.	Inteligência e Contrainteligência Policial	20
13.	Defesa Civil	20
14.	Tecnologias Digitais e Sistemas Informatizados Aplicados à Segurança Pública	20
15.	Gerenciamento de Conflitos e Pacificação Social na Esfera da Segurança Pública	20
16.	Metodologia e Didática do Ensino em Segurança Pública	20
	CARGA HORÁRIA TOTAL DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS OBRIGATÓRIAS	360
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	
17.	Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso: Artigo Científico	50
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS	
18.	Palestras e Seminários	08
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	418

- A carga horária básica do curso é de 360 horas aula, formada pelos conhecimentos específicos constantes da matriz curricular. Ressalta-se que todos os componentes curriculares são de participação obrigatória do discente e são de cunho teórico, não obstante terem o olhar voltado para a finalidade e aplicabilidade prática, profissional e institucional.

- O TCC trata-se de um artigo científico elaborado individualmente pelo aluno e submetido a banca avaliadora. Os Seminários, Visitas e Palestras buscam a ampliação dos saberes e a troca de experiências.

- As linhas de pesquisa para aprofundamento de conteúdo e/ou confecção do artigo científico serão subsidiadas pela participação dos discentes em grupos de estudos indicados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) formados por docentes da AESP|CE, bem como por pesquisadores de universidades parceiras da AESP|CE.

8. PERÍODO E PERIODICIDADE: INDICAÇÃO DA DURAÇÃO DO CURSO (INÍCIO E FIM); ESPECIFICAÇÃO DO(S) TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO E DURAÇÃO DOS PERÍODOS LETIVOS

Período: O curso acontece no período de estimado de 5 (cinco) meses

Periodicidade: A cada ano poderá haver 1(uma) turma, em conformidade com planejamento estratégico da AESP|CE, bem como o Plano Anual de Capacitação. Existindo necessidade administrativa devidamente justificada, poderá haver outras edições.

9. MATRIZ CURRICULAR: RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS E RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS:

ORD.	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEGESP	CARGA HORÁRIA
	COMPONENTES CURRICULARES	
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	
1.	Metodologia do Trabalho Científico	52
2.	Direitos Humanos e Direitos Fundamentais no Contexto da Segurança Pública	16
3.	Geopolítica, Cidades e Segurança Pública	20
4.	Comunicação Social e Relações Interpessoais no Âmbito da Segurança Pública	20
5.	Transparência, Participação e Sistemas de Auditoria e Controle	24
6.	Orçamento Público e Finança	28
7.	Gestão por Processos na Segurança Pública	20
8.	Gestão para Resultados na Segurança Pública	20
9.	Gestão de Pessoas	20
10.	Geoprocessamento, Estatística e Análise Criminal na Segurança Pública	20
11.	Gestão de Materiais	20
12.	Inteligência e Contrainteligência Policial	20
13.	Defesa Civil	20
14.	Tecnologias Digitais e Sistemas Informatizados Aplicados à Segurança Pública	20
15.	Gerenciamento de Conflitos e Pacificação Social na Esfera da Segurança Pública	20
16.	Metodologia e Didática do Ensino em Segurança Pública	20
	CARGA HORÁRIA TOTAL DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS OBRIGATÓRIAS	360
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	
17.	Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso: Artigo Científico	50
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS	
18.	Palestras e Seminários	08
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	418

- Corpo docente formado por no mínimo 50% dos professores mestres ou doutores, a serem indicados oportunamente.

10. EMENTA E BIBLIOGRAFIA: DESCRIÇÃO DA EMENTA E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR, COM ATÉ 03 (TRÊS) TÍTULOS POR DISCIPLINA

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Metodologia da Pesquisa Científica
Carga horária	52h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Metodologia da pesquisa científica. Diretrizes normalizadoras e padronizadoras dos trabalhos acadêmicos da aesp ce. A construção do artigo científico com base no projeto de pesquisa científica. Elementos obrigatórios e opcionais de um artigo científico (normas da abnt). Estrutura, organização e formatação de um artigo científico. Estrutura e organização do trabalho de conclusão de curso (tcc). Produção e apresentação do tcc.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender as normas básicas que regem a produção padronizada de trabalhos acadêmicos/científicos dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE) e entender os critérios de avaliação da produção e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso. ESPECÍFICOS: Conhecer os diferentes tipos de trabalhos acadêmicos/científicos; Assimilar a metodologia mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa científica; Assimilar as regras atinentes à estrutura, organização e formatação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) na modalidade artigo científico; Saber aplicar as Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na produção do TCC (artigo científico).	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA 1. Apresentação da disciplina e informações gerais; 2. Metodologia: o estudo dos métodos; 3. Pesquisa científica: técnicas e métodos científicos; 4. Fontes de pesquisa disponíveis: fontes bibliográficas e documentais; acervos físicos e virtuais (confiáveis e não-confiáveis); UNIDADE II - DIRETRIZES NORMALIZADORAS E PADRONIZADORAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS DA AESP CE 1. Considerações sobre o Guia de Normalização e Padronização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp CE; 2. Regras para a produção e apresentação do TCC perante banca examinadora; 3. Critérios de avaliação do TCC e formação das bancas examinadoras. UNIDADE III - A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO COM BASE NO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA 1. Trabalhos científicos: tipos e principais diferenças; 2. Projeto de pesquisa e artigo científico; 3. Alinhamentos necessários; 4. Modelo de slides para a apresentação oral do TCC e do trabalho da disciplina. UNIDADE IV - ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS DE UM ARTIGO CIENTÍFICO 1. Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que serão utilizadas na elaboração do artigo científico. 2. Elementos pré-textuais; 3. Elementos textuais; 4. Elementos pós-textuais. UNIDADE V - ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FORMATAÇÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO 1. Aspectos gerais sobre a estrutura do artigo científico: Resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução,	

- desenvolvimento, considerações finais; referências e citações;
2. Aspectos gerais sobre a formatação do artigo científico: Número de páginas (mínimo e máximo), paginação, espaçamento, alinhamento, fonte (tipo e tamanho), layout, etc;
3. Construção dos slides para a apresentação oral do artigo científico.

UNIDADE VI - PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC

1. Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp|CE;
2. Apresentação do TCC: formação das bancas examinadoras;
3. Critérios avaliativos da produção e apresentação do TCC

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225: informação e documentação: Lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004b.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Direitos Humanos e Direitos Fundamentais no Contexto da Segurança Pública
Carga horária	16h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
DOS DIREITOS HUMANOS: PROCESSO HISTÓRICO E CONSAGRAÇÃO UNIVERSAL. DIREITO INTERNACIONAL E SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E NORMATIZAÇÃO PERTINENTE. DIREITO DE SEGURANÇA.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender as diretrizes dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no contexto da segurança pública no Brasil. ESPECÍFICOS: - Identificar a pluralidade de conceitos dos direitos humanos; - Entender a universalidade da proteção aos direitos humanos, bem como o alcance da Declaração Universal de Direitos Humanos e seus métodos de implementação; - Conhecer os aspectos teórico-conceituais, doutrinários, principiológicos e normativos que regem os direitos humanos e os direitos fundamentais; - Assimilar os direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988; - Compreender o direito fundamental à segurança pública e o papel dos agentes de segurança pública na aplicação dos direitos humanos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - DOS DIREITOS HUMANOS: PROCESSO HISTÓRICO E CONSAGRAÇÃO UNIVERSAL Pluralidade de conceitos; Processo histórico; Características; Possíveis causas dos problemas do discurso dos direitos humanos. UNIDADE II - DIREITO INTERNACIONAL E SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS Direito Internacional: soberania dos Estados; Sistema de Proteção Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição e competência; A responsabilidade internacional dos Estados; O procedimento de denúncia de casos individuais perante o sistema interamericano; Documentos Internacionais de proteção dos direitos humanos. UNIDADE III - DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS Natureza, positividade, titularidade e eficácia; Direitos Fundamentais: características e tipologia; Princípios constitucionais e garantias fundamentais; Direitos individuais homogêneos, coletivos, transindividuais e difusos; Programas nacionais e estaduais de proteção, defesa e garantia dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. UNIDADE IV - DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E NORMATIZAÇÃO PERTINENTE Organização das Nações Unidas (ONU): contextualização histórica; A Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Efeitos dos dispositivos convencionais no direito interno; Métodos de implementação internacional dos direitos humanos; Diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública: a Portaria nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010; a Lei nº 13.060/2014 e outras normatizações pertinentes; Legislação nacional que estabelece diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos para a categoria: a Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2 e outros normativos; Legislações pertinentes de garantias às diferenças de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, Estatuto da Igualdade Racial, Aspectos legais de defesa à diversidade sexual e à pessoa com necessidades educativas especiais).	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: Capec, 1998. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.
BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.
BRASIL. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) de 22 de novembro de 1969.
BRASIL. Ministério da Justiça. Cartilha de atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade. Brasília: Senasp, 2013.
BRASIL. Ministério da Justiça. Guia de direitos humanos: conduta ética, técnica e legal para instituições policiais militares. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Senasp, 2013.
BRASIL. Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) de 22 de novembro de 1969.
CERQUEIRA, C. M. N. A polícia em uma sociedade democrática. In: Polícia, violência e direitos humanos. CEDOP, [S.l.]. Série Cadernos de Polícia, Nº 20, 1994.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
CORDEIRO, Bernadete M. P.; SILVA, Suamy S. Direitos humanos: referencial prático para docentes do ensino policial. 2. ed. Brasília: CICV, 2005.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 19- 42. DORNELES, João Ricardo. O que são direitos humanos. São Paulo: Brasiliense, 2006.
HERKENHOFF, João Baptista. Direitos humanos: a construção universal de uma utopia. Aparecida – SP: Editora Santuário, 1997.
LYRA, Rubens Pinto. Direitos humanos: os desafios do século XXI – uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. ISBN 85–7469-204-2.
MORGADO, Patricia. Práticas pedagógicas e saberes docentes na educação em direitos humanos. Rio de Janeiro, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 4226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública. Brasília: Senasp, 2010.

CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Declaração universal dos direitos humanos (Resolução 217 [III] A). Brasília: Nações Unidas Brasil, [2020]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>.

Acesso em: 21 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Plano de ação: programa mundial de educação em direitos humanos. Brasília: Unesco, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853por.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Geopolítica, Cidades e Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA. A GEOGRAFIA POLÍTICA CLÁSSICA. TEORIAS E DISCURSOS GEOPOLÍTICOS. GEOPOLÍTICA DA COMPLEXIDADE E GLOBALIZAÇÃO. GEOGRAFIA POLÍTICA DAS CIDADES. O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NO BRASIL. A AMÉRICA DO SUL NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA. A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA. ESQUEMAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. AS DIFERENTES VISÕES GEOPOLÍTICAS COM AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. SEGURANÇA E AS CIDADES.	
OBJETIVOS	
GERAL: Analisar as transformações no sistema político e econômico mundial (Séc. XIX - XXI), a partir da literatura teórica de Geopolítica, suas imbricações com as cidades e a segurança pública. ESPECÍFICOS: Compreender o processo histórico-político de formação dos territórios e fronteiras, a complexidade dos atores políticos e suas múltiplas escalas espaciais de poder; - Entender a cidade e o espaço urbano, seus elementos constituidores e sua importância política-territorial; - Assimilar a segurança pública a partir da perspectiva da Geopolítica e das cidades.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA 1. Geografia Política e Geopolítica: definições; 2. A Paz de Vestfália como marco do Estado-territorial (Sistema Internacional de Países); 3. A disputa entre as potências europeias e a particularidade histórica da Alemanha em vias de unificação; 4. Geopolítica, expansionismo territorial e o etnocentrismo imperial europeu (civilizados/selvagens; progresso/atraso; Ocidente/Oriente). 5. De Gottfried Leibniz à Rudolf Kjellen: nasce um saber estratégico (Geopolitik); UNIDADE II - TEORIAS CLÁSSICAS E SEUS “DISCURSOS” E PRÁTICAS ESTRATÉGICAS 1. Friedrich Ratzel: a eclosão da Geografia Política; 2. Rudolph Kjellen: Germanofilia e o Estado como forma de vida; 3. A Geopolitik de Karl Haushofer; 4. A Escola Geopolítica Anglo- Americana; 5. Alfred T. Mahan: controle o mar e terá o mundo; 6. O Poder Aéreo de A. Servesky e G. Douhet; 7. Halford Mackinder e a visão anglo-saxônica e ocidental do mundo; 8. A estratégia de contenção de Nicolas Spykman; 9. Zbigniew Brzezinski e o cerco ofensivo da URSS; 10. Outras escolas de Geopolítica. UNIDADE III – GEOPOLÍTICA BRASILEIRA E OS NOVOS ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS 1. Brasil e o mundo: onde estão nossas fronteiras? 2. Pensamento geopolítico no Brasil: integração territorial, Amazônia e América do Sul; 3. Novos arranjos geopolíticos; 4. A Geopolítica da Amazônia e o IPCC. UNIDADE IV – A GEOPOLÍTICA DAS CIDADES 1. Cidade: origens e definições; 2. Teses sobre a urbanização; 3. Cidades Globais e Geopolítica; 4. A heterogeneidade das cidades Latino-americanas; 5. O Estado e a urbanização à brasileira; 6. Involução urbana e o Planeta Favela; 7. A Geopolítica da Favela; 8. Cidades, mudanças climáticas e riscos globais.	

UNIDADE V – SEGURANÇA NAS CIDADES

1. A proximidade geográfica e os efeitos de lugar no direito à cidade;
2. A cidade como problema: medo e o gerenciamento público da (in)segurança;
3. Cidades do Ceará: desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial;
4. Smarth City, Supercidades e Cidades Seguras: tentativas de governança;
5. Geopolítica, cidades e segurança.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADORNO, S. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. In: São Paulo Sem Medo, um diagnóstico da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Uma breve história da geopolítica. Rio de Janeiro: Cenegri — Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Petrópolis, Vozes, 2000.

ATALIBA, Flávio & SARQUIS, Adriano. Desenvolvimento econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões. Fortaleza: IPECE, 2014.

BANDEIRA, L.A. Moniz. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Funag, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, Bertha. A Geografia e o resgate da geopolítica. Revista brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, nº 50, t. 2, p. 99-125, 1988.

BARACUHY, Braz (Org.) Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília, DF: FUNAG, 2021.

BRENNER, N. “Revolução urbana?”. In: BRENNER, N. Espaços de urbanização. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018, p. 233-260.

CHOMSKY, N.; POLLIN, R. Crise climática e o Green New Deal Global: a Economia Política para salvar o planeta. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.

COSTA, Darc. Fundamentos para o estudo da estratégia nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

COSTA, Wanderley Messias. Geografia política e geopolítica. Discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 1992.

EKMAN, A. China's Smart Cities. The New Geopolitical Battleground. In: Études de L'Ifri, dec. 2019. Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/etudes-de-lifri/chinas-smart-cities-new-geopolitical-battleground>. Acesso em: 1 maio 2022.

FIORI, J. L. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREITAS, Jorge Manoel. A escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

GOTTMANN, J. Doutrinas Geográficas na Política. Boletim geo-gráfico. Rio de Janeiro, Ano V, nº 54, p. 649-658, set. 1947.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002

JACOBS, J. Vida e morte das grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LACERDA, R. C. ROCHA, L. F. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. Kínesis, Vol. X, nº 22, Julho 2018, pp.148-163.

MACHADO, Lia Osório. Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. In: RIBEIRO, M. M; SEIBEL, S. (Org.). Drogas: hegemonia do cinismo. São Paulo: Memorial, 1997.

MATTOS, Carlos de Meira. A Geopolítica e as Projeções de Poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

MENDES, T. Smart cities: solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais. Observatório das Metrópoles (UFRJ). Texto para discussão 11. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-011-2020_Teresa-Mendes_Final.pdf. Acesso em: abril 2022.

MENDES, T. Smart city na disputa pela hegemonia digital. E-metropolis, n. 45, ano 12, jun. 2021.

MOROZOV, E.; BRIA, F. A cidade inteligente – Tecnologias urbanas e democracia. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019, 192pp.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990, p. 7-29.

PORTELA, Lucas Soares. Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle. Revista Brasileira de Estudos de Defesa. v. 5, nº 1, p. 141-165, jan./jun. 2018

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo, Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990 [1896], p. 175-192.

RIBEIRO, Guilherme. Território, império e nação: geopolítica em Paul Vidal de La Blache. Revista da ANPEGE. v. 6, p. 29-42, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.) Metrópole e pandemia: presente e futuro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.

SEVERSKY, Alexander P. A Vitória pela Força Aérea. Tradução de Asdrubal Mendes Gonçalves. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988. (Coleção aeronáutica. Arte militar e poder aeroespacial; v.1)

SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Geografia: geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOUZA, Felipe. Ceará sob ataque: como facções locais e nacionais se juntaram para dominar o crime no Estado. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46789403>. Acesso em: 01jun. 2023.

TAMBS, Lewis. A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das Grandes Potências. Política e Estratégia. São Paulo, vol. 1, nº 1, p. 73-104, jul./set. 1987.

TOSTA, Octávio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

VISACRO, Alessandro. A guerra na era da informação. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

VICENS VIVES, J. Tratado general de geopolítica. El factor geográfico y el proceso histórico. 3ª ed. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1972.

WAIBEL, Leo. Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano XIX, nº 162, p. 612-617, mai./jun. 1961.

XAVIER, Laécio Noronha. Geopolítica da violência urbana. Diagnóstico multifacetado e propostas sistêmicas para a segurança pública do Ceará. Fortaleza: Rodar, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. O poder marítimo sob o ponto de vista estratégico entre 1540 e 1945: uma comparação entre as concepções de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Herbert William Richmond (1871-1946). Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de mestrado em História), 2009.

BACKHEUSER, Everardo. A Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

BRETAS, Marcos Luiz. A formação da polícia moderna. In: Direitos Humanos e Segurança Pública: Algumas premissas e abordagens. Jornadas formativas de direitos humanos. Brasília: Senasp, 2010.

FIORI, José Luís. Nicholas Spykman e a América Latina. Carta Maior, 05 dez. 2007.

HISAYASU, Alexandre. Domínios do Crime: 10 anos dos ataques do PCC. O Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-geografico>. Acesso em: 08 jun. 2023.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 2010.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2 ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997

MARTIN, André Roberto. Geopolítica e Ideologia na Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico. São Paulo: Xamã, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma visão histórica e contemporânea da geopolítica brasileira. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 739, p. 27-37, set./out. 1988.

MELLO, Leonel I. A. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

RATZEL, Friedrich. As Leis do Crescimento Espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert de. Ratzel. São Paulo: Ática, 1892.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica dos Recursos Naturais Estratégicos Sulamericanos no Século XXI. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOUZA, Maria Adélia de. Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, Jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

WERNER, Guilherme Cunha. O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04092009-163835/publico/GUILHERME_CUNHA_WERNER.pdf. Acesso em: 09 jun.2023.

WICHOWSKI, A.. "Why Big Tech shouldn't govern citizens." Tech Policy Press, 2021. Disponível em: <https://techpolicy.press/why-big-tech-should-not-govern-citizens/>

_____. "Nations need ambassadors to Big Tech." WIRED, 2021. Disponível em: <https://www.wired.com/story/nations-need-ambassadors-to-big-tech/>

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Comunicação Social e Relações Interpessoais no Âmbito da Segurança Pública
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO. INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS X INTELIGÊNCIA EMOCIONAL. COMUNICAÇÃO ASSERTIVA E ESTRATÉGIAS DE LIDERANÇA ESTRATÉGICA. GESTÃO DE ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO. PSICOLOGIA POSITIVA E EMOÇÕES.	
OBJETIVOS	
GERAL: Capacitar os discentes para aplicar recursos sociais, psicológicos, emocionais e linguísticos na comunicação social e liderança estratégica. ESPECÍFICOS: Apresentar os elementos da comunicação; Diferenciar comunicação violenta e não violenta; - Capacitar para o uso da escuta ativa, da comunicação não violenta, da comunicação assertiva para melhoria das relações interpessoais no trabalho e exercício da liderança estratégica; - Identificar formas de tomada de decisões a partir de conceitos éticos e morais sobre o que é mais ou menos justo para o exercício da liderança estratégica; Apresentar estratégias de gestão da comunicação social e da liderança estratégica de instituições de segurança pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I – ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO 1. Emissor, destinatário, mensagem, código, signo, ruído, canal ou meio de comunicação; 2. Comunicação verbal, não verbal e não violenta; 3. Verbo, palavras, sons, gestos, olhares, movimentos corporais, expressões faciais e microexpressões faciais. UNIDADE II - INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS X INTELIGÊNCIA EMOCIONAL 1. Inteligência lógico matemática, linguística, espacial, cinestésica corporal, musical, intrapessoal, interpessoal, existencial e naturalista; 2. Inteligência emocional: aspectos gerais; 3. Elementos da CNV, observação sem julgamento, identificação de necessidades, gestão das emoções e realização de pedidos. UNIDADE III – comunicação ASSERTIVA E ESTRATÉGIAS DE LIDERANÇA ESTRATÉGICA 1. Linguagem formal e informal, clareza, afirmação (assertividade), economia, simplicidade, empatia. 2. Dilema do Trem, Véu da ignorância em tomadas de decisões estratégicas; 3. Recursos Psicológicos na liderança estratégica (forma de defesa psicológica de Anna Freud, Pirâmide de Maslow, condicionamento de Pavlov, Condicionamento de BF Skinner e Aprendizagem Social de Bandura). UNIDADE IV – GESTÃO DE ASSESSORIAS DE comunicação 1. Escolha do coordenador, chefe, comandante ou líder em assessoria jurídica; 2. Escolha da equipe: trabalhando com a equipe que você não escolheu; 3. Experiências exitosas e situações adversas na gestão de comunicação social; 4. Elogio e reconhecimento; 5. Distribuição de notícias institucionais: o que divulgar e o que não divulgar; o uso das redes sociais como ferramenta de Comunicação Social na segurança pública; Tomada de decisões na gestão de comunicação. UNIDADE V – PSICOLOGIA POSITIVA E EMOÇÕES 1. Definição de emoções: as sete emoções básicas; 2. Razão X Emoção, como agir estrategicamente; 3. Definição de Psicologia Positiva (PP); Busca da Felicidade e PP; 4. Estados de Flow e sua contribuição para as relações interpessoais.	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Tradução de Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. BUICAN, D. Darwin e o darwinismo. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. COELHO NETTO, J. T. Semiótica, informação e comunicação. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
DARWIN, C. A origem das espécies. Tradução de Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1981. DÍAZ, E. (Org.). La Ciencia y el imaginario social. Buenos Aires: Biblos, 1996.
ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, s.d.
GLEISER, M. A dança do universo: dos mitos de criação ao big-bang. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
HAWKING, S.; MLODINOW, L. Uma nova história do tempo. Tradução de Vera de Paula Assis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
JAMESON, F. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.
JAMMER, M. Einstein e a religião - física e teologia. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. MORIN, E. Cultura de massa no século XX. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
PECHULA, M. R. Os signos míticos sagrados no discurso científico racional: análise da divulgação científica nos meios de comunicação de massa. 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
ROSENBERG, Marshall B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.
KLEINMAN, Paul. Tudo que você precisa saber sobre psicologia: um livro prático sobre o estudo da mente humana. São Paulo: Editora Gente, 2015.
CHOMSKY, N. Aspects of the theory of syntax. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. Tradução Portuguesa. Aspectos da Teoria da Sintaxe. Coimbra: Arménio Armado, 1978. LACERDA, R. C. ROCHA, L. F. Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. Kínesis, Vol. X, nº 22, Julho 2018, pp.148-163.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (orgs.). Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento Editorial, 2009. CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CAVALCANTI, Marcos. O conhecimento em rede. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. CURVELLO, João José. Comunicação interna e cultura organizacional. São Paulo: Scortecci, 2002.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Transparência, Participação e Sistemas de Auditoria e Controle
Carga horária	24h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Contextualizar a função controle na administração pública, por meio de conceitos, técnicas e ferramentas de auditoria governamental, possibilitando uma visão sistêmica dos órgãos de controle, com ênfase nas ações executadas no Estado do Ceará. Aspectos gerais e conceituais da transparência e participação no controle da Administração Pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Compreender os sistemas de controle, o sentido de transparência e participação, a partir dos conceitos legais e da realidade do Estado do Ceará. ESPECÍFICOS: - Discutir a teoria e a prática de governança na gestão pública, sob a ótica do controle. - Discutir a função controle na administração pública brasileira, sob as óticas legal, organizacional e forma de exercício. - Apresentar a função controle interno no Estado do Ceará. - Discutir o planejamento, a organização e a execução das atividades de auditoria interna na gestão pública. - Discutir a relação entre avaliação de resultados e atividades de auditoria interna. - Reconhecer a importância da democracia participativa e o papel da sociedade civil e valorização do controle social e dos Conselhos de Políticas Públicas. - Identificar as metodologias de Participação Cidadã. - Conhecer os conceitos de transparência no serviço público. - Conhecer a legislação de acesso à informação e aplicar as legislações referentes ao controle interno no Estado do Ceará.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Unidade I – Governança e Controles na Administração Pública - Governança na Gestão Pública - Teoria da agência na gestão pública - Governança na gestão pública - Evolução da gestão pública e relação com a governança - Governança na gestão pública - Governança na gestão pública segundo a International Federation of Accountants (IFAC) - A Função Controle na Administração Pública Brasileira - Previsões Legais para a Função Controle na Administração Pública Brasileira - A Organização do Controle Externo na Administração Pública Brasileira - Definições de Controle Interno e sua Inserção na Administração Pública Brasileira - A Função Controle no Estado do Ceará Unidade II – O Controle Interno no Estado do Ceará - Previsões Constitucionais e de legislação ordinária - Estratégia de atuação da CGE - A CGE no organograma do Poder Executivo - A CGE e o modelo de três linhas de defesa - A Atuação da CGE Unidade III – A Auditoria Interna na Gestão Pública - Auditoria – uma contextualização - Definição de auditoria - Classificação das atividades de auditoria - Processo de Auditoria - Planejamento global - A administração da área de auditoria - Execução de auditoria - Ordem de serviço de auditoria	

- 3.2 Planejamento da auditoria
- 3.3 Programa (ou procedimentos) de auditoria
- 3.4 Execução da auditoria
- 3.5 Comunicação do resultado da auditoria
- 4. Plano de ação e monitoramento
- 4.1 Plano de ação para sanar fragilidades

Unidade IV – Avaliação de Resultados e Auditoria Interna

- 1. Breve retorno aos paradigmas da Administração Pública
- 1.1 Contexto e Evolução Histórica da Administração Pública
- 2. Conectando a Gestão para Resultados com a Avaliação de Resultados
- 2.1 Um Modelo de GPR (IPECE, 2006)
- 3. Conectando a Avaliação de Resultados e o Controle Interno
- 3.1 Auditoria de Desempenho
- 3.1.1 Auditoria de Desempenho na CGE

Unidade V – Controle Social, Transparência e Acesso à Informação

- 1. Definições e práticas para o exercício do controle social (controle exercido pela sociedade)
- 2. A transparência enquanto princípio e correspondentes previsões legais
- 3. O acesso à informação previsto legalmente e o exercido na CGE

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARZELAY, Michael. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Org.). Instituições Centrais de Auditoria e Auditoria de Desempenho: uma análise comparativa das estratégias organizacionais na OCDE. In. O controle externo e a nova Administração pública: uma visão comparativa. Traduzido por Adriana Monteiro Vieira e Marcelo Barros Gomes. Brasília: TCU, 2002. p. 25 – 78.

DA ROSA, A. L. T.; HOLANDA, M. C.; MAIA JÚNIOR, F. Q. O marco lógico da gestão por resultados (GPR). In HOLANDA, M. C. (organizador). Ceará – a prática de uma Gestão Pública por Resultados. Fortaleza: IPECE, 2006.

NUNES, P.R.C. Práticas de auditoria de desempenho em órgãos estaduais brasileiros de controle interno – elementos para

configuração de um modelo. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NUNES, P. R. C.; LIMA, A. O.; OLIVEIRA, M. C. Evidências de Práticas de Governança em Sociedades de Economia Mista da Administração Pública do Estado do Ceará. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 22 a 26/09/2012.

NUNES, P. R. C.; LIMA, A. O.; NOGUEIRA, F. L. B. M.; OLIVEIRA, M. C. Evidências de Práticas de Governança na Administração Pública do Estado do Ceará. EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governo. Salvador. 18 a 20/11/2012.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, M. M. da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública aprovadas pela INTOSAI. 2. ed.
– São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, A. D. M. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

_____. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2007.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. Governança corporativa e governança da gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gestão de Orçamentos e Finanças Públicas
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
A ORIGEM DO ESTADO, FUNÇÕES DE GOVERNO E TRIBUTAÇÃO; FINANÇAS PÚBLICAS: FUNÇÕES DO GOVERNO; GESTÃO PARA RESULTADOS: CONCEITOS E O MODELO DO ESTADO DO CEARÁ; ORÇAMENTO PÚBLICO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, FINALIDADES, INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PLANO PLURIANUAL – PPA, LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA; RECEITA PÚBLICA; DESPESA E RECEITA PÚBLICA; ELABORAÇÃO D PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA; EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	
OBJETIVOS	
GERAL: COMPREENDER A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL. ESPECÍFICOS: - Compreender o processo de planejamento, elaboração e execução do orçamento público; - Identificar as fases do ciclo orçamentário; - Conhecer os instrumentos de planejamento; - Compreender as etapas da execução da Receita Orçamentária; - Compreender as etapas da execução da Despesa Orçamentária; - Compreender o processo de elaboração da proposta Orçamentária;	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1ª UNIDADE A Origem do Estado, Funções de Governo e Tributação; Finanças Públicas: Funções do Governo; Tributos e Carga Fiscal: Conceitos e contextualização; 2ª UNIDADE Gestão para Resultados; Planejamento; Planejamento Estratégico; Agenda Estratégica Setorial; 3ª UNIDADE Plano Pluri Anual – contextualização e metodologia para construção; - PPA 2020 - 2023; 4ª UNIDADE Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; 5ª UNIDADE Receita Pública – conceitos e classificações; Despesa Pública – conceitos e classificações;	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão : planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

Manual técnico de orçamento. Seplag. Ceará, 2022. (Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/manual-tecnico-do-orcamento-2022/>) MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 4. Ed., 2012

CEARÁ. Lei n. 17.160, de 27 de dez. de 2019. Plano Pluri Anual para o período 2020 – 2023. CEARÁ. Lei n. 17.573, de 23 de jul. 2021. Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CEARÁ. Lei n. 17.776, de 23 de nov. de 2021. Revisão do Plano Pluri Anual para o período 2020 – 2023.

CEARÁ. Lei n. 17.860 de 29 de dez. de 2021. Lei Orçamentária Anual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE LIMA, Gabriel Domingues; DE OLIVEIRA, Natan Flores; DA SILVA COSTA, Simone Teles. Gestão da segurança pública no Brasil: a utilização da tecnologia a favor da sociedade. Revista GeTeC, v. 10, n. 25, 2021.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriam. Avaliação de desempenho em Segurança Pública. Segurança, Justiça e Cidadania. Ministério da Justiça, ano, v. 3, 2011.

KAHN, Tulio et al. O papel dos municípios na segurança pública. 2006.

LIMA, Vladimir Braga de et al. Ferramentas de tecnologia de informação e comunicação na segurança pública: uma análise sobre o Portal SINESP e suas ferramentas. 2017.

NERY, Felipe Souza; NADANOVSKY, Paulo. A impunidade do homicídio no Brasil entre 2006 e 2016. Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 144, 2020. PERES, Lorientcio da Silva et al. Aplicativos para dispositivos móveis aplicados à segurança pública: pesquisa bibliográfica. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Estudos avançados, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gestão por Processos na Segurança Pública
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Conceitos e definições de projetos e processos. Cadeia de Valor para Resultados na Segurança Pública. Gestão de Projetos orientados para resultados na Segurança Pública. Gestão das mudanças em projetos de Segurança Pública. Gestão por processos orientados a resultados na Segurança Pública. Arquitetura de processos. Identificação de processos nos órgãos da Segurança Pública. Gestão da rotina e padronização de processos. Monitoramento de riscos e da execução dos processos. Indicadores de processos.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Compreender, reconhecer e aplicar os princípios e as metodologias de gestão de projetos e processos orientados para resultados nos Órgãos de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: - Compreender e aplicar a arquitetura de processos - Compreender e aplicar a metodologia de elaboração de projetos - Utilizar técnicas e procedimentos para elaboração e análise de indicadores associados aos processos dos órgãos de Segurança Pública. - Formular projetos que demandam processos. - Mapear os processos dos órgãos de Segurança Pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Cadeia de Valor para Resultados na Segurança Pública. - Conceitos e definições de projetos e processos. - Gestão de Projetos orientados para resultados na Segurança Pública. - Gestão das mudanças em projetos de Segurança Pública. UNIDADE II - Gestão por processos orientados a resultados na Segurança Pública. - Arquitetura de processos. - Identificação de processos nos órgãos da Segurança Pública. - Gestão da rotina e padronização de processos. - Monitoramento de riscos e da execução dos processos. Indicadores de processos.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Padrão de Trabalho de Modelagem de Processos: Escritório de Processos. 2007. CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). Arquitetura de Processos. Fortaleza, 2019.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag). Gestão da Rotina de Processos. Fortaleza, 2019.

FERREIRA, André Ribeiro. Gestão de processos. módulo 3. Apostila do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais – DGO. Brasília: ENAP / DDG, 2013

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV). Metodologia de Gestão por Processo. Campo Grande, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV). Curso EscolaGov: Gestão por Processos Orientada para Resultados - Curso Avançado v.01. 2018.

SILES, Rodolfo; MONDELO, Ernesto. Guia de Aprendizagem PM4R. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Econômico e Social - INDES. 2015.

SOARES, Marcos Antonio Quezado. Elaboração de projetos. Curso Elaboração de Projetos do Programa Gestão Estratégica. Brasília: ENAP/CGPROG/DDG, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger). Metodologia de Gestão Estratégica de Processos. Vitória, 2017.

MACIEL, Everton Cabral; SÁ, José Orlando de; BESSA, PEREIRA JR, Luis Ellery Bessa. Gestão para Resultados na Segurança Pública do Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. Boletim de Gestão Pública. Fortaleza - Ceará: IPECE, 2022.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gestão para Resultados na Segurança Pública
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Políticas públicas baseadas em evidências. Paradigmas da gestão pública. Gestão Pública para Resultados. Cadeia de Valor para Resultados. Instrumentos de planejamento público. Monitoramento e Avaliação. Gestão para Resultados no Ceará. Gestão de Riscos para o alcance dos resultados. Engajamento de partes interessadas para o alcance dos resultados. Desenvolvimento de equipes para o alcance de resultados. Experiências Nacionais de Gestão para Resultados na Segurança Pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Compreender, reconhecer e aplicar os princípios, as diretrizes e as dimensões da Gestão para Resultados nos Órgãos de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: - Compreender os Princípios, as Diretrizes e as Dimensões da Nova Gestão Pública - Compreender o Ciclo da Gestão Estratégica no Serviço Público. - Compreender o Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. - Utilizar técnicas e procedimentos para elaboração e análise de indicadores associados aos objetivos da Política da Segurança Pública e aos resultados estratégicos da gestão. - Formular a Cadeia de Valor para Resultados da área de atuação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Política e Políticas Públicas Baseada em Evidências; - Cadeia de Valor para Resultados; - Nova Gestão Pública (Princípios e Diretrizes); - Gestão para Resultados no Ceará. UNIDADE II - Indicadores e Metas; - Instrumentos de Planejamento Público; - Monitoramento e Avaliação. - Gestão de Riscos - Desenvolvimento de Equipes - Engajamento de partes interessadas UNIDADE III - Gestão para Resultados na Segurança Pública.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);	

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Indicadores de programas: Guia Metodológico. Brasília : MP, 2010.

JANNUZZI, Paulo de M. A Importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública, 2011.

MACIEL, Everton Cabral; et. al. Iniciativas inovadoras para o fortalecimento do modelo de Gestão para Resultado. In: Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. Serviço Público no estado do Ceará: práticas e reflexões. Volume 2. Fortaleza: Print Soluções Gráficas, 2022.

MACIEL, Everton Cabral; SÁ, José Orlando de; BESSA, PEREIRA JR, Luis Ellery Bessa. Gestão para Resultados na Segurança Pública do Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. Boletim de Gestão Pública. Fortaleza - Ceará: IPECE, 2022.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Um guia de governança para resultados na administração pública. Publix Editora, 2010. PINHEIRO, Maurício M. S. Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual, 2020.

SHIKIDA, Cláudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções. Brasília: Enap, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANCO MUNDIAL. Brasil: Estratégias de Redução da Pobreza no Ceará. O Desafio da Modernização Inclusiva. Documento do Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da América Latina e Caribe. abril, 2003.

BECHELAINE, Cinthia Helena de Oliveira; SILVEIRA, Mauro César da Silveira; NEVES, Camila Barbosa Neves. O modelo de gestão pública por resultados em Minas Gerais analisado à luz da experiência do Programa Estado para Resultados. Revista do Serviço Público. Brasília 63 (4): 455-473 out/dez 2012.

CERQUEIRA, Daniel. BUENO, Samira (Coord.). Atlas da Violência. IPEA, 2020.

FERNANDES, P. J. M. A.; RABECHINI JR., R. O. Gerenciamento de Riscos em Projetos Gerenciados por Abordagens Ágeis: Uma Revisão Sistemática da Literatura. GeP – Revista Gestão e Projetos. Edição Especial - Do manifesto ágil à agilidade organizacional. v. 12, n. 1. 2021.

FLORIANI, Eduarda Vieira Floriani, STEL, Andrea Valéria Steil. Processos de aprendizagem em equipe de projeto que utiliza metodologia ágil. GeP – Revista Gestão e Projetos. Edição Especial - Do manifesto ágil à agilidade organizacional. v. 12, n. 1. 2021.

GOMES. Douglas Willyam Rodrigues; FROTA, Francisco Horacio da Silva. Gestão Pública por Resultados: uma análise crítica do Projeto de Reestruturação da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Conhecer: debate entre o público e o privado. v. 5, nº 15. 2015.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gestão Estratégica de Pessoas
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PESSOAS; DESAFIOS DA LIDERANÇA; LIDERANÇA NA ERA DAS COMPETÊNCIAS; MOTIVAÇÃO; GESTÃO DE EQUIPES	
OBJETIVOS	
Geral: O objetivo geral da Disciplina: Gestão Estratégica de Pessoas é capacitar os alunos para entenderem os principais conceitos, práticas e tendências em Gestão de Pessoas, para que possam aplicar esse conhecimento de forma eficaz em suas carreiras profissionais da área de segurança pública. ESPECÍFICOS: Compreender a importância da Gestão de Pessoas para o sucesso organizacional; Conhecer os principais conceitos e evolução da Gestão de Pessoas; Desenvolver habilidades para planejar e implementar políticas e práticas de Gestão de Pessoas e de liderança; Compreender a importância da cultura organizacional e da gestão da mudança; Identificar as principais tendências em Gestão de Pessoas e como aplicá-las em diferentes contextos organizacionais. Esses objetivos específicos os alunos serão capazes de compreender como liderar e gerenciar suas equipes de forma eficaz para alcançar os objetivos organizacionais e promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PESSOAS • O que é Gestão de Pessoas e por que é importante? • Evolução da Gestão de Pessoas • Papel dos gestores na Gestão de Pessoas • Tendências atuais em Gestão de Pessoas DESAFIOS DA LIDERANÇA • evolução do papel do líder • teorias sobre liderança • tendências contemporâneas LIDERANÇA NA ERA DAS COMPETÊNCIAS • competência para a liderança • inteligência emocional • autoconhecimento e autodesenvolvimento • Autoliderança como fator-chave de desenvolvimento do líder. MOTIVAÇÃO • engajamento • recompensas • reconhecimento das pessoas • contribuição das teorias e dos modelos motivacionais. GESTÃO DE EQUIPES • desenvolvimento de equipes	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BROWN, R. (2019). *A coragem para liderar* (1 ed.). Best Seller.
- DUTRA, J., DUTRA, T., & DUTRA, G. (2017). *Gestão de pessoas - realidade atual e desafios*. Atlas.
- DWECK, C. (2017). *Mindset: A nova psicologia do sucesso*. Objetiva.
- EDMONDSON, A. (2021). *A Organização sem Medo: criando segurança psicológica no local de trabalho, inovação e crescimento*. Rio de Janeiro: Alta Books Editora.
- GOLEMAN, D. (2015). *Liderança: A inteligência emocional na formação do líder de sucesso* (1 ed.). Objetiva.
- Harvard Business Review. (2018). *Desafios da gestão: Uma introdução às mais influentes ideias da Harvard Business Review (10 leituras essenciais - HBR)*. Editora Sextante.
- LENCIONI, P. (2015). *Os 5 desafios das equipes* (1 ed.). Editora Sextante.
- ROBBINS, S., JUDGE, T., & SOBRAL, F. (2010). *Comportamento Organizacional: Teoria e Prática no Contexto Brasileiro*. Pearson Universities.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Em Busca de Sentido. Viktor E. Frankl.
21 lições para o século 21. Yuval Noah Harari

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Geoprocessamento, Estatística e Análise Criminal na Segurança Pública
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
GEOPROCESSAMENTO, ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS. LEITURA CIENTÍFICA DOS FATOS. GEOPROCESSAMENTO, ESTATÍSTICA E DA ANÁLISE CRIMINAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE, RESULTADOS E APLICAÇÃO. ANÁLISE, RESULTADOS E APLICAÇÃO.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender os diversos aspectos teórico-conceituais relacionados à estatística, à análise criminal e ao geoprocessamento, assimilando os fundamentos normativos, teóricos, estratégicos e operacionais atinentes à estatística e análise criminal e sua aplicação prática no âmbito da segurança pública. ESPECÍFICOS: Entender a relevância do geoprocessamento, da estatística e da análise criminal para a prevenção e enfrentamento da criminalidade; - Assimilar os fundamentos teórico-práticos dos métodos, técnicas e tecnologias de análise estratégica, tática e estatística, que servem de base à formulação de políticas de segurança pública, com vistas a neutralizar e prevenir os fenômenos da violência e da criminalidade; - Conhecer as finalidades da estatística e da análise criminal, principalmente quanto ao fornecimento de dados e subsídios técnicos às áreas operacionais e da gestão administrativa das organizações policiais, que nortearão o planejamento para o emprego adequado e eficiente de recursos humanos e materiais visando a prevenção, controle e repressão dos fenômenos da violência e criminalidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - GEOPROCESSAMENTO, ESTATÍSTICA E ANÁLISE CRIMINAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS 1. Introdução ao Geoprocessamento, Estatística e Análise Criminal; 2. Geoprocessamento, Estatística e Análise Criminal: conceitos e fundamentos teóricos 3. Geoprocessamento, Estatística e Análise Criminal aplicados à segurança pública; 4. Acesso à informação; proteção de dados; segurança digital e inovação. UNIDADE II - LEITURA CIENTÍFICA DOS FATOS 1. Coleta de dados e informações; 2. Séries estatísticas e apresentação dos dados; 3. Tratamento dos dados estatísticos e geoprocessados para aplicação nas estratégias de segurança pública; 4. Operacionalização da Análise Criminal; 5. Especificidades da análise estatística na segurança pública. UNIDADE III - GEOPROCESSAMENTO, ESTATÍSTICA E DA ANÁLISE CRIMINAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE, RESULTADOS E APLICAÇÃO 1. Formas de expressão e modelos de análise criminal; 2. Transformação de dados em informações ; 3. Dados espaciais da violência e verificação de padrões criminais das evidências; 4. Resultados e utilização da estatística e da análise criminal para uma segurança pública eficiente.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEATO, Cláudio. ASSUNÇÃO, Renato. Sistemas de informações georreferenciadas em segurança. In: BEATO, Cláudio (org.). Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública. Belo Horizonte: UFGM, 2008.

BORDIN, Marcelo; LIMA, Rodrigo. Mapeamento do crime e análise criminal: a experiência do estado do Paraná. Revista Geografares, n.10, UFES. 2012.

BUSSAB W. O.; MORETTIN P.A. Estatística básica. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CATALANO, S. M. The measurement of crime: victim reporting and police recording. New York: LFB Scholarly, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Estatística de criminalidade: manual de interpretação. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 2009.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P. Manual de análise de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Ceará pacífico: resultados da pesquisa e monitoramento do programa. Experiências exitosas de enfrentamento à violência e à criminalidade - Análise de Benchmarking. São Paulo: [s.n], 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Ceará Pacífico: resultados da pesquisa e monitoramento do programa. O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará. São Paulo: [s.n], 2017.

HAIR JR., Joseph F., et al. Análise multivariada de dados. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PEIXOTO, B. T. Apostila de análise criminal. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Senasp/ MJ, 2008.

SILVA, J. A. Análise criminal: teoria e prática. Salvador: Artpoesia, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, G.; DAVIS, C. Fundamentos de geoprocessamento. Jaguariuna, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/15428862.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma sociedade livre. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA FILHO J. V. Apostila de análise criminal. In: Curso de análise criminal. São Paulo, 2001.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R. (org.). Administração do trabalho policial: questões e análises. São Paulo: Edusp, 2007.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gestão de Materiais
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
GESTÃO DE MATERIAIS. EXPOSIÇÃO ORIENTADA NO GRAU DE GERENCIA SUPERIOR DA GESTÃO DE MATERIAIS COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTEÚDO DIRECIONADO A CONSTRUÇÃO DE UMA LINHA DECISÓRIA PAUTADA NO PODER DISCRICIONÁRIO DO GESTOR PÚBLICO E GOVERNANÇA	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender as ferramentas de gestão aplicadas na estrutura funcional do Estado e direcionar o poder discricionário para tomada de decisão com base em dados físicos tratados de maneira confiável, otimizando os recursos públicos para alcançar o melhor desempenho na prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado.	
ESPECÍFICOS: - Conhecer os diferentes sistemas de gestão de material do Estado; - Fornecer as ferramentas de gerência superior aplicadas a gestão de material; - Aplicar os conceitos de poder discricionário para tomada de decisão; - Elaborar um plano de aquisição de materiais com base no planejamento financeiro.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - METODOLOGIA APLICADA 1. Apresentação da disciplina e informações gerais; 2. Metodologia: Método tradicional; 3. Abordagem científica: Literatura própria com foco na administração pública; 4. Fontes de pesquisa disponíveis: fontes bibliográficas e documentais; acervos físicos e virtuais; UNIDADE II – APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO 1. Apresentação da disciplina; 2. Introdução geral do conteúdo; 3. Critérios de avaliação. UNIDADE III – CONCEITOS GERAIS 1. Planejamento e sua importância na gestão de materiais; 2. Pensando gestão no serviço público; 3. As vantagens e desvantagens da incorporação de novas tecnologias; 4. Pensando processos decisórios – Parte 01. UNIDADE IV – GOVERNANÇA APLICADA A GESTÃO DE MATERIAIS 1. Conceitos gerais de governança. 2. Governança aplicada a gestão de materiais; 3. Comando e controle com foco no risco de desabastecimento; 4. Pensando processos decisórios – Parte 02. UNIDADE V – PLANEJAMENTO FINANCEIRO E A GESTÃO DE MATERIAIS. 1. Comitê de gestão por resultado e de gestão fiscal (COGERF) e os limites financeiros; 2. Construindo o plano anual de aquisições; 3. Mapa de controle financeiro; 4. Abordagem gerencial como foco no financeiro. UNIDADE VI – SISTEMAS DE GESTÃO DE MATERIAL 1. Sistema de Gestão de Almoxarifado - SIGA; 2. Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM; 3. Sistema de Gestão de Bens Imóveis – SGBI; 4. Sistema Ágora do Tribunal de Contas do Estado – TCE; 5. Aplicação da avaliação.	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo, Curso de Direito Constitucional, 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
CEARÁ. Decreto nº 31.549, de 13 de agosto 2014. Dispõe sobre a utilização obrigatória dos sistemas corporativos de gestão patrimonial pelos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 18 ago. 2014, Série 3, Ano VI, nº 151, p. 15.
CEARÁ. Decreto nº 31.340, de 05 de novembro de 2013. aprova o regulamento para depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável do patrimônio público do Estado do Ceará. Diário Oficial do estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 07 nov. 2013, Série 3, Ano V, nº 210, p. 1-4.
CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Patrimônio (SIGA/SGBM). Manual de Implantação e Operação. Fortaleza: SEPLAG, s/d.
Constituição Federal de 1988.
CORREA, Izabela Moreira. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, jun. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00346122007000300006&lng=pt&nrm=iso. acesso em 08 out. 2009.
COSTA, Eloísio Rodrigues; LACERDA, Nélio Romero. Colégio da Polícia Militar do Espírito Santos. CAO. APMGEF. 1995.
COSTA, Patrícia Santos. Manual do Almoxarifado. Salvador: IFBA, dezembro 2016.
VIANA, J.J. Administração de materiais: Um enfoque prático. 1ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Materiais: Uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
COMISSÃO PERMANENTE DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS MOBILIÁRIOS – CPIBPM. Manual de procedimentos para gestão de materiais e controle patrimonial da prefeitura de Goiânia. Prefeitura de Goiânia, 2020, 63p.
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1996. DIAS, M.A.P. Administração de Materiais. Edição compacta. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais. Brasília: ENAP, 2015.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
FERNANDES, Rubem César, Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina – Rio de Janeiro: Relume- Dumará,

1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA. Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo; Cortez, 1994.

GIL, Antônio Carlos, Pesquisa Científica, São Paulo: Malheiros Editores, 2007. HOLANDA, Marcos Costa, et al I. Ceará – A prática de uma gestão pública por resultados. Fortaleza. IPECE, 2006.

LAKATOS, Eva Maria, Metodologia do Trabalho Científico, São Paulo, Editora Atlas, 2008.

Lei nº 13.438, de 07 de janeiro de 2004. Lei organização básica do CBMCE. MARCONDES, José Sérgio.

Administração de Materiais: O que é? Conceitos e Definições. 15/06/2020. Disponível em:

<<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/administracao-de-materiais-conceito/#Historiaadministracao-materiais>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 33.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 30. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

RICHARDSON, Robert Jarry e colaboradores. Pesquisa social método e técnicas. São Paulo. Atlas, 1997. SANTOS, Vando

Vieira Batista dos. Planejamento e Gestão de Materiais, Produtos e Patrimônio. Brasília: NT Editora, 2013. SILVA, Edielson Souza da; PEREIRA, Larissa Sauane Melquíades da Rocha;

Documento em Meio Eletrônico

<http://blogespecializacao.fdc.org.br/entenda-aqui-o-que-e-governanca-corporativa/> CAPÍTULO IV — Governança Pública (casacivil.gov.br) Levantamento de governança | Portal TCU TCE Ceará disponibiliza Manual do Usuário e vídeos tutoriais sobre o sistema Ágora - Tribunal de Contas do Estado do Ceará

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Inteligência e Contrainteligência Policial
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E O SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA; ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS; FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS E NORMAS APLICÁVEIS. O SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E O SISTEMA ESTADUAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. A IMPORTÂNCIA DE UM SISTEMA DE INTELIGÊNCIA NO COMBATE AOS FENÔMENOS LIGADOS À CRIMINALIDADE.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência e Do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, bem como do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do estado do Ceará, assimilando a importância da atividade de inteligência de segurança pública na prevenção e combate à criminalidade organizada, por meio de sua interface com a investigação policial. ESPECÍFICOS: Conhecer a evolução da atividade de inteligência e sua importância para a preservação do poder; Entender a importância da atividade de inteligência para a defesa do Estado Democrático de Direito; Identificar ameaças internas e externas ao sistema de segurança pública; Assimilar o processo evolutivo da criminalidade organizada violenta no Brasil e no Ceará e suas conexões conhecidas com o exterior.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I – A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E O SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA; ASPECTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS; FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS E NORMAS APLICÁVEIS A importância da formação do pensamento como forma de dominação; Breve histórico sobre a Atividade de Inteligência; Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP); Normas relacionadas ao SISBIN e ao SISP. UNIDADE II - O SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E O SISTEMA ESTADUAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA As dificuldades apresentadas pelo Sistema de Inteligência de Segurança Pública; Ruídos de comunicação; Inteligência e Contrainteligência; Tipos de Inteligência e níveis de decisão. UNIDADE III - A IMPORTÂNCIA DE UM SISTEMA DE INTELIGÊNCIA NO COMBATE AOS FENÔMENOS LIGADOS À CRIMINALIDADE Conceito de crime organizado e principais normas aplicadas ao combate das organizações criminosas; Surgimento das facções criminosas no Brasil; Proliferação das facções criminosas no Brasil e desenvolvimento no Ceará; Estratégias de combate ao fenômeno das facções; Narcomilícias; Narcoestado.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;	

Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.
BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.
BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2021a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10777.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.
BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2021b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10778.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.
BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.
BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.
CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em:
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.
CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. Disponível em:
https://professor.ufrgs.br/marcocepi/files/cepi_-_2003_-_fgv_-_espionagem_e_democracia_21-apr-14_1.compressed.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.
FONSECA, Fernanda. Interação entre atividade de inteligência e policiamento ostensivo: a experiência da Operação Segurança Presente. Cadernos de Segurança Pública, Ano 12, Número 12, setembro de 2020, p. 3. Disponível em:
<https://www.isprevista.rj.gov.br:4433/download/Rev20201203.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.
GONÇALVES, Joanisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil. Trabalho apresentado ao Center for Hemispheric Defense Studies, Research and Education Defense and Security Studies (REDES 2003), outubro de 2003, Santiago (Chile), no Painel

"Public oversight and intelligence". Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8672/a-atividade-de-inteligencia-no-combate-ao-crime-organizado>. Acesso em: 17 jun. 2021.
GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e legislação correlata. Niterói: Impetus, 2018.
KENT, Sherman. Informações Estratégicas. Tradução Cel. Hélio Freire. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.
PLATT, Washington. A produção de informações estratégicas. Tradução do Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUHIGG, Charles. O poder do hábito. São Paulo: Objetiva, 2012. SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2019.
CATMULL, Ed; WALLACE, Amy. Criatividade S.A.: superando as forças invisíveis que ficam no caminho da verdadeira inspiração. São Paulo: Rocco, 2014.
Gladwell, Malcolm. Davi e Golias [recurso eletrônico] / Malcolm Gladwell [tradução de Ivo Korytowski]; Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
Lanier, Jaron. Dez argumentos para você delatar agora suas redes sociais. Tradução de: Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
HERMAN, Amy E. Inteligência visual: aprenda a arte da percepção e transforme sua vida. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
HARARI, Yuval Noah. Sapiens: Uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2018.
LIMANA, Regis André Silveira. A atividade de inteligência de segurança pública na produção de informações e conhecimento para grandes eventos: novo paradigma e legado. 2010. Monografia (Curso de Pós-graduação de Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública) – Centro Universitário Newton Paiva e Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
SILVA, Edson E. N.; ROLIM, Vanderlan H. A importância da atividade de inteligência de segurança pública na prevenção criminal. O Alferes, Belo Horizonte, 70 (27): 139-168, jan./jun. 2017

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Defesa Civil
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
CONHECIMENTOS GERAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. POLÍTICA E SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender os aspectos teórico-conceituais, principiologicos, operacionais e legais que regem as ações integradas relativas à proteção e defesa civil, assimilando as técnicas aplicadas à gestão de riscos e desastres. ESPECÍFICOS: Conhecer o histórico, os conceitos básicos e o símbolo da Defesa Civil; Saber diferenciar as fases do ciclo de gestão de proteção e defesa civil; Conhecer as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; Conhecer a estrutura e atribuições dos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com foco no estado do Ceará; Conhecer os principais riscos de desastres no Ceará e o processo de mapeamento de riscos de desastres; Conhecer as principais ações para a prevenção e mitigação de desastres, com foco no estado do Ceará; Aprender os pressupostos básicos de um plano de contingência e de um simulado de preparação para desastres; Conhecer alguns projetos e orientações de capacitação em proteção e defesa civil; Compreender o papel do agente de proteção e defesa civil na comunicação de risco e de desastre; Compreender a importância da reserva de materiais e suprimentos, bem como da preparação administrativa, orçamentária e financeira para situações de desastres; Entender o sistema de monitoramento, alerta e alarme adotado no Brasil, com foco no estado do Ceará. Conhecer e saber diferenciar os principais desastres ocorridos no Ceará, bem como suas consequências danosas; Compreender o conceito e as principais ações de resposta a desastres, com foco no estado do Ceará, bem como os pressupostos de Sistema de Comando de Operações; Compreender o conceito e as principais ações de recuperação de cenários de desastres, com foco no estado do Ceará; Conhecer os principais aspectos relacionados ao processo legal de declaração de situação anormal e à captação e gestão de recursos de transferências obrigatórias da União para ações de proteção e defesa civil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - CONHECIMENTOS GERAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 1. Proteção e defesa civil: aspectos principiologicos e teórico-conceituais; 2. Ciclo de gestão de proteção e defesa civil. UNIDADE II - POLÍTICA E SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL 1. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; 2. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil; 3. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; 4. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Ceará; 5. Órgão municipal de proteção e defesa civil; 6. Órgãos de apoio em proteção e defesa civil. UNIDADE III - GESTÃO DE RISCO E DE DESASTRES 1. Gestão de risco de desastres: riscos de desastres no Ceará e mapeamento de risco de desastres; 2. Prevenção de desastres; 3. Mitigação de desastres; 4. Preparação para desastres: plano de contingência; simulado de preparação; capacitação dos agentes e da população; comunicação de riscos e de desastres; reserva de materiais e suprimentos; preparação administrativa, orçamentária e financeira; e monitoramento, alerta e alarme; 5. Gestão de desastres: tipificação e ocorrência de desastres no Ceará; 6. Resposta a desastres: Sistema de Comando de Operações; ajuda humanitária; e resposta a desastres no Ceará; 7. Recuperação de cenários de desastres: reconstrução de cenários de desastres no Ceará. 8. Processo legal de declaração de situação anormal;	

9. Transferências obrigatórias de recursos da União para ações de proteção e defesa civil.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;
Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);
Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2021a]. Disponível em: . Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2021b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10777.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

CEARÁ. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado do Ceará, 1989: [livro eletrônico]: Atualizada até a Emenda Constitucional nº 117 de 09.11.2022. Fortaleza: Inesp, 2022. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70432>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/marcocepi/files/cepi_-_2003_-_fgv_-_espionagem_e_democracia_21-apr-14_1.compressed.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

FONSECA, Fernanda. Interação entre atividade de inteligência e policiamento ostensivo: a experiência da Operação Segurança Presente. Cadernos de Segurança Pública, Ano 12, Número 12, setembro de 2020, p. 3. Disponível em:

<https://www.isprevista.rj.gov.br:4433/download/Rev20201203.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

GONÇALVES, Joanisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: o caso do Brasil. Trabalho apresentado ao Center for Hemispheric Defense Studies, Research and Education Defense and Security Studies (REDES 2003), outubro de 2003, Santiago (Chile), no Painel "Public oversight and intelligence". Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/8672/a-atividade-de-inteligencia-no-combate-ao-crime-organizado>. Acesso em: 17 jun. 2021.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de Inteligência e legislação correlata. Niterói: Impetus, 2018.

KENT, Sherman. Informações Estratégicas. Tradução Cel. Hélio Freire. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

PLATT, Washington. A produção de informações estratégicas. Tradução do Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Tecnologias Digitais e Sistemas Informatizados Aplicados à Segurança Pública
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
TECNOLOGIAS DIGITAIS E SISTEMAS INFORMATIZADOS APLICADOS À SEGURANÇA PÚBLICA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS, TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL, FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E INOVAÇÕES NO CEARÁ.	
OBJETIVOS	
GERAL: Conhecer as principais ferramentas, sistemas e inovações tecnológicas utilizados pela segurança pública e sua aplicação para obtenção de resultados eficientes na prevenção e combate à criminalidade. ESPECÍFICOS: - Compreender os diversos aspectos teórico-conceituais da tecnologia e sua aplicação; - Conhecer os conceitos de análise criminal; - Compreender a relação entre teorias criminais versus evidências científicas; - Conhecer os principais sistemas informatizados e ferramentas tecnológicas no Brasil e no Ceará; - A utilização das ferramentas e a eficiência da gestão de segurança pública amparada pela tecnologia.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - TECNOLOGIAS DIGITAIS E SISTEMAS INFORMATIZADOS APLICADOS À SEGURANÇA PÚBLICA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS 1. Ciência, tecnologia e inovação no contexto da segurança pública; 2. Evidência científica e tecnologia na segurança pública; 3. O conceito de aprendizado tecnológico; 4. A Segurança pública baseada em evidências. UNIDADE II - TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL 1. Introdução das teorias de segurança pública versus evidência científica; 2. Os indicadores criminais no contexto tecnológico; 3. Dados Criminais: exemplos, coleta e tratamento; 4. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). UNIDADE III - FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E INOVAÇÕES NO CEARÁ 1. Uso de softwares com dados estatísticos no auxílio à Segurança Pública; 2. Sistema Tecnológico para Acompanhamento de Unidades de Segurança (Status); 3. Sistema de Registros de Operações Táticas e Ações de Segurança (Rotas); 4. Bancos de dados automatizados utilizados pela Perícia Forense do Estado Ceará; 5. Outras ferramentas na segurança pública do Ceará	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i> e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/<i>data show</i>, caixa de som) para a apresentação de <i>slides</i>, vídeos, <i>podcasts</i>; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; <i>softwares</i> educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Doriem. Avaliação de desempenho em segurança pública. Segurança, Justiça e Cidadania. Ministério da Justiça, ano, v. 3, 2011.

COSTA, Simone Teles da Silva. Gestão da segurança pública no Brasil: a utilização da tecnologia a favor da sociedade. Revista GeTeC, v. 10, n. 25, 2021.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriem. Avaliação de desempenho em Segurança Pública. Segurança, Justiça e Cidadania. Ministério da Justiça, ano, v. 3, 2011.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P. Manual de análise de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

HAIR, Jr., Joseph F., ANDERSON, Rolph E., TATHAM, Ronald L. BLACK, William. Análise multivariada de dados. 5 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

LIMA, Vladimir Braga de et al. Ferramentas de tecnologia de informação e comunicação na segurança pública: uma análise sobre o Portal SINESP e suas ferramentas. 2017.

NERY, Felipe Souza; NADANOVSKY, Paulo. A impunidade do homicídio no Brasil entre 2006 e 2016. Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 144, 2020.

PERES, Loriecio da Silva et al. Aplicativos para dispositivos móveis aplicados à segurança pública: pesquisa bibliográfica. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: presente e futuro. Revista Estudos avançados, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/9SRD5P9K7FvFYsv6vmg3Ykn/?lang=pt> Acesso em: 05 fev 2022.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Gerenciamento de Conflitos e Pacificação Social na Esfera da Segurança Pública
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
CONFLITO E CONSENSO: ASPECTOS HISTÓRICOS; TEÓRICOS E CONCEITUAIS. GERENCIAMENTO DE CONFLITOS E PACIFICAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA. MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. NOVOS PARADIGMAS DE PACIFICAÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA.	
OBJETIVOS	
GERAL: Entender o que é o conflito a partir de uma nova perspectiva, tendo por base a cultura de paz e a pacificação social, assimilando os métodos autocompositivos e as práticas restaurativas como forma de gerenciar os conflitos no âmbito da segurança pública. ESPECÍFICOS: Compreender os diferentes tipos de conflito; Diferenciar os métodos heterocompositivos e autocompositivos de solução de conflitos; - Assimilar quais são os métodos de solução pacífica de conflitos que podem ser utilizados no gerenciamento de conflitos na segurança pública; Conhecer as técnicas utilizadas na autocomposição de conflitos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - CONFLITO E CONSENSO: ASPECTOS HISTÓRICOS; TEÓRICOS E CONCEITUAIS 1. Conflito: contornos históricos e aspectos teórico-conceituais; 2. Teoria do conflito; 3. Tipos de conflitos; 4. Conflito, violência e criminalidade. UNIDADE II - GERENCIAMENTO DE CONFLITOS E PACIFICAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA 1. O sistema jurídico-penal: acesso à justiça; reparação de danos; justiça restaurativa; cultura de paz; 2. O sistema de segurança pública: criminalidade; violência; conflito e impunidade; 3. Solução pacífica de conflitos no âmbito da segurança pública: medidas alternativas ao processo penal como forma de pacificação social; 4. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos: heterocomposição e autocomposição; 5. Métodos autocompositivos de solução de conflitos com foco na mediação, conciliação e negociação; 6. Tipos de conflitos que podem ser solucionados por métodos autocompositivos extrajudiciais. UNIDADE III - MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS 1. Heterocomposição e autocomposição: espécies; conceitos; diferenças e aplicabilidade; 2. Métodos autocompositivos de solução de conflitos com foco na mediação, conciliação e negociação; 3. Principais marcos regulatórios dos métodos autocompositivos de solução de conflitos no Brasil: legislação e atos normativos; 4. Aplicação dos métodos autocompositivos aos conflitos que podem reverberar na seara criminal. UNIDADE IV - NOVOS PARADIGMAS DE PACIFICAÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA 1. Principais marcos regulatórios dos métodos autocompositivos de solução de conflitos no Brasil: legislação e atos normativos; 2. Conflito e consenso na segurança pública: policiamento orientado à solução de problemas; policiamento comunitário; mediação policial; acordo de não persecução penal; transação penal; práticas restaurativas baseadas na reparação de danos e outras políticas de resolução de conflitos baseadas na cultura de paz; 3. Técnicas e procedimentos aplicáveis à resolução pacífica de conflitos: qualificação e capacitação dos agentes de segurança pública nas técnicas e procedimentos aplicáveis à resolução pacífica de conflitos; 4. Novos paradigmas de pacificação social: experiências exitosas de resolução pacífica de conflitos no âmbito da segurança pública no Brasil e no Ceará; “pensando fora da caixa”; “trocando as lentes”; “como chegar ao consenso” e “cultura de paz”.	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR; Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo; SALES, Lília Maia de Moraes. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. In: Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, SC, n. 58, p. 281-296, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n58p281/13615>. Acesso em 26 mar. 2021.

BELEZA, Flávia Tavares. A mediação social como instrumento de participação para a realização da cidadania. Brasília. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8176/1/2009_FlaviaTavaresBeleza.pdf. Acesso em: 26 de mar. 2022.

CRUZ, Giselle Fernandes Corrêa da; LEANDRO, Ariane Gontijo Lopes. Programa de mediação de conflitos da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais: delineando uma metodologia em mediação individual e comunitária. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/0591eaa5a0a44d63b711a68cee9d796.doc>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro. Medidas alternativas ao processo penal: a mediação como meio extrajudicial de gerenciamento de conflitos penais na fase pré-processual. Revista Justiça do Direito, v. 32, n. 3, p. 642-670, 8 mar. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/7748/114114465>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MIRANDA, Ana Karine Pessoa Cavalcante. Segurança pública, formação policial e mediação de conflitos: novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã? Fortaleza, CE, 2011, 161 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Ceará (UECE). 2011. Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/n especiais/nucleomed/publicacoes/artigos/seguranca publica.formacao.policial.e.mediacao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

NETTO, Fernando Gama de Miranda Netto (Org.). Mediação nas comunidades e nas instituições. Niterói: PPGSD, 2014. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/fernandogama/wp-content/uploads/sites/15/2017/07/livromediacao.pdf>. Acesso em 28 mar. 2021.

OLIVEIRA, Michele Santana de. A utilização do instituto da mediação de conflitos nas bases da polícia comunitária do município de Salvador – Bahia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.unilab.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/741/2018_mono_moliveira.pdf?sequence

=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 mar. 2021.

PATRÍCIA, Palhano da Costa; GONDIM, Lílian Virgínia Carneiro; LANDIM, Francisco Edson de Sousa. Programa dos núcleos de mediação comunitária: uma responsabilidade social como prática da cidadania. Fortaleza-CE, 2007. Prêmio Inovare 2012. ed. IX. Disponível em: <https://premioinnovare.com.br/praticas/l/programa-dos-nucleos-de-mediacao-comunitaria-uma-responsabilidade-social-como-pratica-de-cidadania> Acesso em: 28 mar. 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. A Comunidade como locus de promoção das práticas de mediação: o empoderamento do indivíduo no tratamento de conflitos. Pública Direito (Plataforma Digital). Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=86ff096395a37c9d>. Acesso em: 28 mar. 2021.

REIS, Helena dos Santos. A utilização da mediação de conflitos nas atividades policiais. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo [CAES-PMESP]. São Paulo-SP. Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/artigos/Artigos%20pdf/Helena%20dos%20Santos%20Reis.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

ROBBINS, Stephen Paul. Comportamento organizacional. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

SALES, Lilia Maia de Moraes. Ouvidoria e mediação: instrumentos de acesso à cidadania. In: Pensar, Fortaleza, v. 11, p. 154-167, fev. 2006. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/787/1647>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SALES, Lilia Maia de Moraes; NUNES, Andrine Oliveira. A integração entre a segurança pública e a mediação de conflitos por meio da polícia comunitária. O Público e o Privado (UECE), v. 1, p. 111-126, 2010.

SALES, Lilia Maia de Moraes; SARAIVA, Vita Caroline Mota. A mediação de conflitos e a segurança pública: o relato de uma experiência. Novos Estudos Jurídicos (UNIVALI). Novos Estudos Jurídicos (Online), v. 18, p. 15, 2013.

SALES, Lilia Maia de Moraes. Mediador e o seu propósito de transformar vidas. Jornal O Povo. Fortaleza-CE. 16 de set. de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/opinioao/2017/09/lilia-sales-mediador-e-o-seu-proposito-de-transformar-vidas.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SEIDEL, Daniel (Org.). Mediação de conflitos: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos. Brasília: Vida e Juventude, 2007.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER, Theobaldo Neto. Mediação enquanto política pública: a teoria, a prática e o projeto de lei. 1ª. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/bitstream/11624/1838/1/Media%C3%A7%C3%A3o%20enquanto%20pol%C3%ADtica%20p%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

COUTINHO, Patrícia Martins Rodrigues; REIS, Marcos Aurélio. A prática da mediação e o acesso à justiça: por um agir comunicativo. TJDF. 2010. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/a-pratica-da-mediacao-e-o-acesso-a-justica-por-um-agir-comunicativo/view>. Acesso em 28 mar. 2021.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma sociedade livre. São Paulo: Edusp, 2003.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso nacional de promotor de polícia comunitária. Brasília-DF. 2007, 349 p. Disponível em: http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/Livro_Curso_Nacional_de_Promotor_de_Policia_Comunitaria.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

SENASP . Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública Rede EAD-SENASP. Ementa mediação de conflitos – VA, EAD 4191585. Brasília-DF. 2017. Disponível em: <http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/editoria-a/ementas/mediacao-de-conflitos-va.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R. (org.). Administração do trabalho policial: questões e análises. São Paulo: Edusp, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Patrícia Martins Rodrigues; REIS, Marcos Aurélio. A prática da mediação e o acesso à justiça: por um agir comunicativo. TJDF. 2010. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/a-pratica-da-mediacao-e-o-acesso-a-justica-por-um-agir-comunicativo/view>. Acesso em 28 mar. 2021.

GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma sociedade livre. São Paulo: Edusp, 2003.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso nacional de promotor de polícia comunitária. Brasília-DF. 2007, 349 p. Disponível em: http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/Livro_Curso_Nacional_de_Promotor_de_Policia_Comunitaria.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

SENASP . Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública Rede EAD- SENASP. Ementa mediação de conflitos – VA, EAD 4191585. Brasília-DF. 2017. Disponível em: <http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/editoria-a/ementas/mediacao-de-conflitos-va.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VANAGUNAS, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R. (org.). Administração do trabalho policial: questões e análises. São Paulo: Edusp, 2007.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - (CEGESP)	
Disciplina	Metodologia e Didática do Ensino em Segurança Pública
Carga horária	20 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
PROCESSO DIDÁTICO E PRINCIPAIS TEORIAS DA APRENDIZAGEM COM ÊNFASE NA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL (MCN/2014); MÉTODOS, TÉCNICAS E DIDÁTICA DE ENSINO; PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ENSINO; AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM; PRÁTICA DOCENTE.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender o processo ensino e aprendizagem com foco no referencial teórico-metodológico presente na Matriz Curricular Nacional (MCN) para ações formativas dos profissionais da área da segurança pública e defesa civil. ESPECÍFICOS: Assimilar a atividade docente como um exercício dialético de ajuste entre teoria e prática; Conhecer e relacionar os eixos temáticos da MCN ao conteúdo programático predefinido; Conhecer as funções da avaliação diagnóstica, formativa e somativa; Conhecer diferentes instrumentos avaliativos e sua aplicabilidade; Selecionar os instrumentos avaliativos adequados para realizar determinado tipo de avaliação; Delimitar tema e conteúdo programático para aulas; Utilizar os recursos didáticos de maneira eficiente.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - PROCESSO DIDÁTICO E PRINCIPAIS TEORIAS DA APRENDIZAGEM COM ÊNFASE NA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL (MCN/2014) 1. Elementos constitutivos do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, formas organizativas (a aula como forma básica de organização do ensino). 2. Behaviorismo: Pavlov e Skinner 2.1. Treino: Modelagem do comportamento; 2.2. A questão da memorização; 2.3. Estímulos e reforços. 3. Humanismo: Rogers 3.1. Aprendizagem centrada no aluno; 3.2. A motivação para aprender; 3.3. A medição entre o aluno e o conhecimento. 4. Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública. 4.1. Eixos temáticos e conteúdos programáticos; 4.2. Perfil profissiográfico e competências cognitivas, operativas e atitudinais (conhecimento, habilidades e atitudes); 4.3. Áreas temáticas na MCN (Senasp, 2014); 4.4. Área temática V: Valorização Profissional; 4.5. Área temática VII: Cultura, cotidiano e Prática Reflexiva. UNIDADE II - MÉTODOS, TÉCNICAS E DIDÁTICA DE ENSINO 1. Diferenças entre métodos, técnicas e didática de ensino; 2. Método tradicional e método construtivista; 3. BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública (MCN/Senasp/2014); 4. Modalidades de ensino, procedimentos metodológicos e recursos didáticos; 5. Metodologias ativas: Sala de aula invertida; Gamificação; Aprendizagem Baseada em problema; 6. A aplicação do método de Aprendizagem Baseada em Problema na formação dos profissionais de segurança pública. UNIDADE III - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ENSINO 1. Os três principais estereótipos ou estilos de ensinar; 2. Funções e níveis do planejamento do ensino; 3. Documentos de docência: projeto pedagógico; plano de ensino e plano de aula; 4. As fases de desenvolvimento do exercício docente: preparação da ação; execução e avaliação de resultados; 5. Avaliação como ferramenta indissociável do planejamento do ensino. UNIDADE IV - AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	

1. Avaliação da aprendizagem como processo;
2. Funções da avaliação da aprendizagem;
3. Diferença entre examinar e avaliar;
4. Classificação da avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa;
5. Diversidade e emprego dos instrumentos avaliativos;
6. Fatores limitadores da eficácia do instrumento avaliativo.

UNIDADE V - PRÁTICA DOCENTE: OFICINA

1. Como elaborar o planejamento de aula;
2. Delimitação do tema e do conteúdo programático para a aula;
3. Emprego correto das estratégias didáticas predefinidas no planejamento;
4. Utilização dos recursos didáticos de maneira eficiente;
5. Realização da avaliação da aprendizagem dos alunos;
6. Realização das explanações com eloquência, objetividade e equilíbrio formal da linguagem falada e gestual.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de *slides*, vídeos, *podcasts* e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/*data show*, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/*data show*, caixa de som) para a apresentação de *slides*, vídeos, *podcasts*;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; *softwares* educacionais.

AValiação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACICH, Lilian; MORAN, José (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos [et al]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2320/1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP, v. 14, nº 1, janeiro/junho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1a08/> Acesso em: 12 fev.2022.

GIL, Antônio Carlos. Didática do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em: https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%20Jose-carlos-libaneo_obra.pdf Acesso em: 13 fev. 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível

em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225441/mod_resource/content/1/Luckesi_O%20ato%20de%20avaliar_2011%20_263_294.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
MAGELA, Geraldo. Estratégias metodológicas na docência do ensino superior: a importância da escolha das técnicas de ensino no planejamento. Disponível em: <https://gmagela.wordpress.com/tecnicas-de-ensino/>. Acesso em: 12 fev. 2022.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).
PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Mídicas, 1999. Resumo disponível em: https://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/edc01/html/biblioteca/avaliacao_entre_duas_logicas.htm. Acesso em: 20 out. 2021.
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento escolar. 2013. Disponível em: <https://jspimenta.files.wordpress.com/2009/03/libaneo-planejamento-escolar.pdf> Acesso em: 13 fev. 2022.
ROBINSON, K.; ARONICA, L. Escolas criativas: a revolução que está transformando a educação. Porto Alegre: Penso, 2019.
STILLINGS, Neil A. Cognitive science: an introduction. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1989.

11. METODOLOGIA: DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, NA QUAL SE ENFATIZE A FORMA COMO SE PRETENDE ALCANÇAR A INTEGRAÇÃO TEORIA E PRÁTICA, E RELAÇÃO DOS RECURSOS DIDÁTICOS PERTINENTES

O curso será realizado por meio de aulas expositivas e dialogadas com emprego de técnicas metodológicas como: aulas expositivas; resolução de problemas; estudo de caso; seminários; palestras; visitas; produção e apresentação de artigo científico, etc.

As aulas expositivas poderão contar com vários recursos didáticos, como dinâmicas, quadro branco, *data show* e outros, podendo ser apresentados vídeos abordando temas específicos sobre as matérias apresentadas, conforme o plano de aula respectivo de cada disciplina.

12. FREQUÊNCIA: INDICAÇÃO DO PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA MÍNIMA EXIGIDA E FORMA DE CONTROLE, NÃO PODENDO SER INFERIOR A 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO)

A frequência mínima para quaisquer disciplinas é de 75% de presença. O controle de frequência dar-se pela assinatura a cada aula dos discentes em lista específica para tal, ficando esta aos cuidados da coordenação do curso.

13. AVALIAÇÃO: ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO ADOTADO, INDICANDO CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E APROVAÇÃO DOS ALUNOS

A avaliação será realizada em cada componente curricular, por meio de aplicação de provas objetivas e/ou subjetivas e trabalhos relativos à matéria. Em cada disciplina o discente deve obter no mínimo a nota 7,0 (sete) para aprovação.

O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado tanto no tocante a parte escrita quanto a apresentação. Para tanto, serão constituídas bancas avaliadoras que atribuirão notas consoante critérios objetivos especificamente elaborados.

14. TCC: INDICAÇÃO DA NATUREZA DO TRABALHO E DOS REQUISITOS PARA AVALIAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC consistirá em um artigo científico de cunho individual, abordando tema ligado direta ou indiretamente à segurança pública e/ou defesa civil, devendo obedecer aos regramentos pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e a normativas e orientações quanto à produção Trabalhos Científicos disponibilizados pela AESP/CE.

15. PARCERIAS: DESCRIÇÃO DAS PARCERIAS FIRMADAS COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO, QUANDO HOUVER, ESPECIFICANDO AS ATRIBUIÇÕES DOS PARCEIROS

O curso acontece em parceria da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado do Ceará – AESP/CE com o Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Polícia Civil do Estado do Ceará, Polícia Militar do Estado do Ceará, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, Perícia Forense do Estado do Ceará e Superintendência de Pesquisa e Estratégia e Segurança Pública do Estado do Ceará. A parceria dar-se com a formatação e elaboração da matriz curricular, elaboração de ementas, planos de ação docente, implantação de metodologias e disponibilização de docentes para que conjuntamente promovam a integração dos saberes e propiciem o alcance aos objetivos traçados. Também poderão integrar o rol de parceiros as universidades públicas e privadas.

16. CERTIFICAÇÃO: INDICAÇÃO DA FORMA DE EMISSÃO E DO REGISTRO DOS CERTIFICADOS

A certificação dar-se-á pela própria Academia Estadual de Segurança Pública, com sustentação na legalidade e legitimidade que lhe é dada e atribuída pelo Conselho de Educação do Estado do Ceará. Os certificados emitidos pela AESP/CE possuem validade em todo o território nacional.

17. INFRAESTRUTURA FÍSICA: RELAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DO LOCAL DE OFERTA, INDICANDO SALAS DE AULA, BIBLIOTECA, EQUIPAMENTOS, LABORATÓRIOS E DEMAIS INSTALAÇÕES, COM DESTAQUE PARA AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE.

O curso realiza-se nas instalações da própria AESP/CE, complexo com mais de 60.000,00 metros quadrados composto dentre outros por: quadra poliesportiva; laboratórios de informática; salas de aula

climatizadas e com *data show*; biblioteca; piscina olímpica; piscina com plataforma de saltos; campo de futebol; pista de *cooper*; restaurante; elevadores e rampas que garantem total acessibilidade. Oferta-se assim, estrutura compatível com os melhores centros de ensino, apresentando-se a AESP/CE com excelência e dotada de todos os requisitos para a execução com excelência da capacitação.

18. AVALIAÇÃO DO CURSO: DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO COM OS INDICADORES A SEREM UTILIZADOS

O processo de avaliação do curso dar-se-á por provas realizadas para todas as disciplinas constantes da matriz curricular. Estas provas serão teóricas e/ou práticas, consoante a especificidade do conteúdo a ser repassado.

Nesse diapasão, também haverá como nota o Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, no caso, um artigo científico individual que deverá ser elaborado seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, do Manual de Trabalhos Científicos da AESP/CE e apresentado oralmente perante banca avaliadora.

Observação:

No mínimo 50% (cinquenta por cento) dos docentes serão dotados de titulação de mestre e/ou doutor devidamente reconhecida. Devem ainda ser profissionais com conhecimentos técnicos/específicos na área a ser ministrada. Cada docente poderá atuar em no máximo 3 (três) disciplinas.